

**O novo, o velho e o desamarrotado:
anotações sobre a disputa eleitoral de 2014**

Mauro Rocha Baptista

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Barbacena)

Resumo

A proposta deste artigo é apresentar uma discussão sobre o que vem sendo apresentado como “uma nova política” no recente cenário eleitoral. Não faz parte da proposta uma defesa partidária, mas uma crítica a uma nomenclatura que não justifica a novidade que propõe. O texto é mediado por citações de Millôr Fernandes extraídas de seu livro de aforismos *A Bíblia do Caos*. O uso de Fernandes tem como intenção permear de humor as críticas à sociedade contemporânea que inviabilizam a novidade na política. Por trás de nossa análise está a postura de Giorgio Agamben em propor uma “política que vem”, postura diametralmente oposta à “nova política” apresentada no atual contexto. No texto que se apresenta não trataremos da posição política de Agamben, mas as críticas propostas são levantadas a partir de sua leitura. Esta versão mantém as marcas de oralidade com as quais foi composta para apresentação na mesa de análise da conjectura eleitoral da UEMG-Barbacena.

Palavras-chave: nova política, cenário eleitoral, política que vem.

Introdução

Novo mesmo só coisa muito antiga (Millôr Fernandes).

Um dos meus livros de cabeceira é a *Bíblia*, *A Bíblia do caos* de Millôr Fernandes, uma deliciosa coletânea de aforismos do guru do Meyer. Sou um romântico a moda antiga, do tipo que ainda acredita na autoridade da experiência apresentada nas máximas, mas também, do tipo que lê na aporia do fragmentário a possibilidade de desenvolver a própria via (*poros*). Do tipo que romanticamente, como Millôr, olha para as coisas antigas quando busca o novo. Neste sentido, quando o momento convidada a pensar sobre o contexto político das eleições que se aproximam, o romantismo me impele a questionar o que se pretende com o conceito de “nova política” que impregna o cenário nacional.

Como afirmei anteriormente o que me move nessa análise é uma crença na experiência, portanto, partirei de um repertório relacionado entre os clássicos do pensamento

político e filosófico mediados por gotas do humor de Millôr Fernandes para tentar visualizar o que seria essa “nova política”. As escolhas são claramente marcadas pela falta de neutralidade deste autor, que não acredita na possibilidade de ser neutro, porém são escolhas que não se pretendem parciais. Ou seja, embora tomado claramente por uma intenção que não será diretamente revelada, a proposta desta apresentação é de fazer uma análise o mais ampla possível. Que fique claro que nesta empreitada compreendemos muito bem que “em política” como em textos acadêmicos, bem como na vida em geral, “o que te dizem nunca é tão importante quanto o que você ouve sem querer”(FERNANDES, 2002, p. 441).

1 Política e religião

Ser político é [...] não ter religião e por isso mesmo cortejar a todas. (Millôr Fernandes)

A velha política é marcada por uma relação promíscua com a religião, não digo isso pela evidente falta de um estado laico, mas pela forma com que o apelo à religião só é feito quando convém. É possível visitar e orar na inauguração do Templo de Salomão da Igreja Universal do Reino de Deus; beijar a mão do Papa, conduta que o qualifica como líder religioso e não como chefe de estado; abrir a *Bíblia* e esperar que ela ofereça verdades oraculares; mudar de opinião ou de programa de governo de acordo com a aceitação ou rejeição de um público religioso específico; e tudo isso pode coabitar nos mesmos sujeitos. O cortejo às religiões parece mais grave que o estado religioso propriamente dito.

Mas essa deve ser a “velha política”, pois Heráclito de Éfeso, fisiólogo do século VI a.C., já denuncia a atitude dos homens que,

Purificam-se manchando-se com outro sangue, como se alguém, entrando na lama, em lama se lavasse. E louco pareceria, se algum homem o notasse agindo assim. E também a estas estátuas eles dirigem suas preces, como alguém que falasse a casas, de nada sabendo o que são deuses e heróis (Frag. 5, 1978, p. 79-80).

Os homens que nada sabem dos deuses e dos heróis de Heráclito são como os políticos que se direcionam para a religião de acordo com a direção do vento. De acordo com o hálito da população trazido pelo vento podem se revelar mais fiéis as suas crenças ou mais abertos a aceitar a crença do outro. Em termos religiosos isso significa que podem lavar-se com sangue sacrificial desenvolvido por qualquer rito, independente da crença que possuam.

Ou seja, podem suplicar no muro das lamentações sem entender o que representa a destruição do templo de Israel; podem receber o corpo de Cristo sem saber do que se trata a transubstanciação; podem abrir a *Bíblia* esperando a mensagem divina sem compreender que o livro sagrado é a narrativa da história de um povo, história que continua viva com a boa nova do *euangelion*; enfim, podem crer que com o sangue sacrificial de um sacrifício que não vivenciam na fé podem se limpar quando estão apenas, em termos religiosos, se manchando cada vez mais.

Uma “nova política” não pode tolerar o cortejo das religiões como se nelas não estivesse associadas questões de fé. Ao anunciar-se um estado laico não se está abrindo mão da religiosidade de seu povo, mas necessariamente se está abrindo mão da religiosidade do próprio estado. As leis do estado não devem estar atreladas a interesses individualizados associados a qualquer religião, sobretudo interesses que pretende fazer com que se limpe com lama. Não é tolerável em uma nova política que a opção, por exemplo, pela descriminalização do aborto esteja submissa às vontades pessoais do chefe de estado. Esse não é um tema a ser discutido e definido por um candidato ao cargo de executivo, esse é um tema a ser debatido pela sociedade levando em consideração que a descriminalização não significa apologia ao ato, ou seja, que minha posição pessoal e religiosa contrária ao aborto não significa que ele precisa ser transformado em crime para aqueles que não compactuam com a minha posição.

A “velha política” podia se embasar no posicionamento religioso do chefe de estado ou da opinião pública para tomar uma decisão como essa, quero acreditar que a “nova política” não faça o mesmo. Quero acreditar que a “nova política” não se lave na lama visando à votação que pode adquirir, mas que se comprometa com a laicidade do estado, mesmo mantendo e garantindo o direito a religiosidade pessoal de sua população.

Mas essa política também não é assim tão nova. A Grécia arcaica ainda podia pensar seus governantes como mestres da verdade, que recebiam diretamente das musas as diretrizes para o bom desenvolvimento da sociedade. A sociedade israelita nascente ainda podia preferir ser guiada por juízes para manter-se mais submissa a Deus que a qualquer rei. O mundo ocidental da idade média ainda podia solicitar a imposição da coroa para o novo governante pelas mãos do líder religioso. Mas na base de todo o pensamento moderno já se encontra uma distinção clara entre estado e religião. Mesmo em Hobbes que pensa o estado como um monstro bíblico.

Porque dizer Deus falou a alguém nas Sagradas Escrituras não é o mesmo que dizer que Deus lhe falou imediatamente, e sim através da mediação dos profetas, dos apóstolos, ou da Igreja, da mesma maneira como fala a todos os cristãos. Dizer que Deus lhe falou em sonhos não é mais do que dizer que sonhou que Deus lhe falou, o que não é de força a conquistar ninguém que saiba que os sonhos em sua maioria são naturais, e podem ter origem nos pensamentos anteriores, e que sonhos como esse não passam da manifestação de uma alta estima de si mesmo e de uma insensata arrogância, assim como de uma falsa opinião sobre a sua própria piedade, ou outra virtude pela qual julga ter merecido o favor de uma revelação extraordinária (2000, p. 276).

Ainda que o autor se guie pelas sagradas escrituras, já está manifesta ali a incompatibilização entre ouvir as escrituras e ouvir nelas uma mensagem que seja individualizada. A que se tomar cuidado com os falsos profetas sujos de lama. Uma “nova política” não pode representar os interesses daqueles que ouvem mensagens particulares de Deus através de “sonhos, visões, voz e inspiração” (2000, p. 277), daqueles que querem fazer uso particular da coisa pública.

2 Fidelidade partidária

As boas intenções políticas diminuem na razão direta da aproximação do dia da posse (Millôr Fernandes).

Se a fidelidade religiosa mistura o público e o privado tanto mais promíscua é a relação com o partido e os programas de governo. As boas intenções dos candidatos que enchem o inferno da vida pública, não passam do dia da posse. Como garante o ditado da “velha política” imperial “nada mais liberal que um conservador fora do poder e nada mais conservador que um liberal nele”. As intenções de um programa de governo ou de um programa partidário nada mais representam. O Partido dos Trabalhadores pode se embasar em um programa de bolsas sociais que não se vincula com a inserção do sujeito no mercado de trabalho; Sociais Democratas podem se esquecer da reforma legislativa, e se esquecer inclusive da constituição em vigor; O Partido Verde pode aceitar coligações que rejeitem a liberação da maconha; Socialistas Cristãos podem defender a redução do estado e uma política liberal de privatização; Os Progressistas podem se assumir governistas de plantão, mesmo que isso seja um retrocesso; mas contra toda essa desordem de crenças estão os Liberais se envergonham da palavra liberal em suas siglas e mudam de nome.

O problema da fidelidade partidária esta na base da política democrática representativa, porque se o eleitor será representado é necessário que ele saiba qual o ideal e não quem o representa. Não uma subjetividade, mas um conjunto de ideias. Porque sujeitos podem morrer, por exemplo em acidentes de avião, mas teoricamente a representatividade deveria ser a mesma sem eles. O problema é que na “velha política” estava claro que se um sujeito for substituído por outro os rumos deveriam mudar de acordo com as vontades particulares do novo signatário. Uma “nova política” não deve permitir que isso aconteça.

A “velha política” de Rousseau manifesta que a vontade geral expressa no sufrágio é indestrutível, certa e tende à utilidade pública, porém manifesta igualmente que se “jamais se corrompe o povo [...] frequentemente o enganam e só então é que ele deseja o que é mal” (1978 p. 46). Não é novo o ideal de fidelidade à proposta apresentada ao povo, mas tampouco ela parece estar presente em uma “nova política” como a que se apresenta hoje em dia. Ao iludir e enganar o povo com propostas que não duram até o dia da posse o que se faz é levar aquele que deseja o que é um bem público para o erro e o desejo do que é mal. Não se pode ter uma “nova política” sem que essa garanta a relação direta entre o poder constituído e o poder constituinte. Sendo que o poder de fato se vincula ao segundo e só se apresenta ao primeiro em função deste.

O poder constituído só tem atribuição de ir além dos ideais que o tornaram representante do poder constituinte quando se apresenta uma situação de exceção. Conforme já nos indica a “velha política” de Carl Schmitt,

A decisão sobre a exceção é, em sentido eminente, decisão, pois uma norma geral, como é apresentada pelo princípio jurídico normalmente válido, jamais pode compreender uma exceção absoluta e, por isso, também não pode fundamentar, de forma completa, a decisão de um caso real, excepcional (2006, p. 7).

A decisão, enquanto possibilidade de ação do soberano sem a obediência às normas constituídas, só pode acontecer quando o caso a ser decidido não está previsto pelas normas, quando se trata de uma exceção. O chefe de estado não pode assumir para si a função de tomar decisões a não ser nesses casos de exceção, e mesmos neste casos deve tomar a decisão levado pelos compromissos que assumiu junto ao povo e não pelo impulso subjetivo. Ele é representante daqueles que o constituíram, mesmo na excepcionalidade de tomar uma decisão.

Só existe representação se o eleitor no momento do voto compreende em qual conjunto de ideias está votando, mesmo que o sujeito em quem ele vota possa não ser aquele que assuma o cargo. Se o voto em um candidato é assumido também pela legenda é necessário que haja coerência entre o pensamento do sujeito que recebe o voto e o partido, ou legenda, ao qual ele está vinculado. Para que no momento excepcional da decisão, independente de quem seja o representante do voto dado, seja ele o candidato escolhido ou o mais votado da legenda, o eleito represente, de fato e não só de direito, o voto popular. Uma “nova política”, se ainda está presa aos limites da democracia representativa, precisa estar atenta a isso, para que exista contiguidade entre o candidato e seu vice, entre o senador e seu suplente, entre os membros de um mesmo partido e de uma mesma legenda. Por mais velho que esse argumento pode parecer, a “nova política” precisa estar atenta ao povo a quem ela serve.

3 O público e o privado

Quando um político grita que outro é um tremendo ladrão público é impossível não revelar na voz um leve traço de inveja (Millôr Fernandes).

Um dos mais graves problemas da “velha política” é o uso indistinto que os políticos vinculados a ela fazem entre o público e o privado. De desvio de recursos direcionados a bens públicos que vão parar em mãos privadas à empresas privadas envolvidas em confusões jurídicas na gestão da coisa pública, e que financiam candidaturas privadas, passando por empresas públicas que possuem vazamentos de recursos e vazamentos de informações que garantem vantagens privadas. Uma “nova política” precisa compreender os limites da ação pública e a sua não interferência no privado seja de que forma for que essa interferência queira se produzir.

Não basta criticar a corrupção do mau uso do erário público é necessário compreender quando o bom uso também é mal intencionado. Quando a máquina governamental, por mais que seja usada para as ações necessárias, não é usada com o único objetivo de promover o bem estar social. Quando o marketing pessoal não é feito com recursos públicos. Se a “a velha política” pode se prender aos argumentos de Maquiavel de buscar constantemente a união entre o amor e o temor, e de quando essa união falhar entender

que é “muito mais seguro ser temido do que amado” (1999, p. 106), é só porque essa “velha política” entende que a coisa pública deve ser gerida por meio de uma liderança que se impõe por sua personalidade e carisma. Exercer o temor e o amor na mesma medida é agir com a coisa pública como se privada ela fosse. Como se a posição individual do líder devesse ser absorvida pelo seu povo. Como se o poder constituinte nada fosse. Pender para o temor, não é o problema, o problema é acreditar que a máquina governamental pode ser usada em favor próprio. Seja pelo temor, como quando se repreendem veementemente manifestações pacíficas; seja pelo amor, como quando operações tapa-buracos são providencialmente feitas às vésperas de eleições.

No início de sua *A sociedade do espetáculo* Guy Debord manifesta que, “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se representação” (1997, p. 13). A “velha política” é uma política centrada no espetáculo, uma política em que a representação de papéis é mais importante do que as ações desenvolvidas, uma política em que as campanhas eleitorais podem ser assistidas como melodramas. Um candidato pode acusar o outro de mau uso dos recursos e se esquecer dos erros de sua própria gestão. Outro pode questionar a fidelidade de seu rival e se esquecer de suas próprias infidelidades. Outro pode se enervar, gritar e resmungar e depois oferecer a “outra face”. Tem personagens que agem mais com humor que com responsabilidade social; tem aqueles que gritam palavras de ordem, mas não sabem o sentido que elas possuem; e tem aqueles que estão mais preocupados em ofender seu adversário que a apresentar suas propostas. Um verdadeiro espetáculo em que o circo é oferecido para que o povo se esqueça de pedir também o pão.

Considerações finais

Por mais hábil que seja, o político acaba sempre cometendo alguma sinceridade (Millôr Fernandes).

Ao analisar o cenário político nacional repensando o sentido da “velha política” o que consegui fazer foi ver uma série de formas desamarrotados de se pensar a política. Não se aprendeu com as lições da “velha política” e se pretende apresentar uma novidade cheira a naftalina. Mas algo de sinceridade a “nova política” pode nos fazer compreender, não naquilo

que é dito pelos seus defensores, mas por aquilo que é cometido sem querer. Ao falar do “novo” cria-se o constrangimento de se deparar com o “velho” que está tão generalizado. A presença do “velho” não será resolvida com a “nova política” que se oferece, mas não deixa de ser um sincero alerta sobre o “vale de lágrimas” (MARX, 2005, p. 146) em que vivemos. Muito embora a denuncia desse vale já seja coisa de uma “velha política” também.

Referências

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERNANDES, M. *A bíblia do caos*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ROUSSEAU, J-J. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SCHMITT, C. *Teologia política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SOUZA, J.C. (Org). *Os pré-socráticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.